

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15241 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA DO BAIXO MADEIRA, PORTO VELHO/RONDÔNIA

Lidiane Silva dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

José Flávio da Paz - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Charlliene Lima da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

## **FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA DO BAIXO MADEIRA, PORTO VELHO/RONDÔNIA**

**Resumo:** A inclusão educacional tem se tornado uma prioridade global nas últimas décadas. No entanto, para que ela se torne efetiva, é necessário um investimento significativo em formação continuada para os profissionais da educação, a fim de capacitá-los para lidar com as diferentes necessidades dos alunos em sala de aula. Esta pesquisa buscou compreender de que maneira essa formação contribuiu para as reflexões e ressignificações das práticas dos professores para a realidade da educação inclusiva em uma escola ribeirinha de São Carlos, no Baixo Madeira, Porto Velho/Rondônia. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, por meio do grupo focal, cuja construção dos dados se deu a partir da formação realizada pelo grupo de estudos e pesquisas em educação especial, inclusão e diversidade (GeDiv), em parceria com as formadoras do projeto “Conhecer para Incluir”, com 14 professores. Os fundamentos teóricos foram embasados em autores como Nóvoa (2009), Mantoan (2015), Ferreira (2003), entre outros. resultados evidenciaram, por meio dos relatos dos professores, a importância crucial da formação continuada sobre a temática da inclusão de estudantes com deficiência, possibilitou a reflexão crítica e contribuiu para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas.

**Palavras-chave:** Formação Continuada. Inclusão. Escola Ribeirinha. Ressignificação da Prática. Estratégias Pedagógicas.

### **INTRODUÇÃO**

A escola na contemporaneidade tem passado inúmeros desafios e oportunidades que refletem as mudanças sociais, tecnológicas e culturais da sociedade atual. Uma das oportunidades está na inclusão escolar do estudante com deficiência e um desafio encontra-se na necessidade de formação continuada aos docentes e demais educadores envolvidos nesse cenário educacional. Isso nos leva à reflexão de como conciliar esses dois indicativos.

Neste contexto, apresentamos neste artigo, as reflexões e ressignificações dos professores ribeirinhos numa escola municipal do distrito de São Carlos, situada à margem do Rio Madeira há 52 km de Porto Velho.

A pesquisa ocorreu a partir de uma formação desenvolvida pelo grupo de estudos e pesquisas em educação especial, inclusão e diversidade (GeDiv), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em parceria com as formadoras do projeto “Conhecer para Incluir”. A formação foi desenvolvida no seguinte cenário Amazônico, e participação de 2 integrantes da equipe gestora, 14 (quatorze) professores, distribuídos: 5 (cinco) atuantes nas séries iniciais e 9 (nove) nas séries finais.

Neste ambiente, tivemos a oportunidade de vivenciar e estabelecer diálogos com diferentes discursos dos professores ribeirinhos, por meio da formação continuada sobre estratégias pedagógicas para a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar regular.

As comunidades ribeirinhas da Amazônia são caracterizadas por uma peculiaridade única, uma realidade simples, onde o espaço físico da escola é um espaço de vivência social, permeada de valores naturais e humanos. Sanada e Mata (2018, p.67) diz que,

[...]o fato de ter que adaptar-se o espaço físico como meio social e cultural, exige dos professores ribeirinhos uma atitude reflexiva sobre suas práticas pedagógicas, para ajustar seus comportamentos ao desenvolver seu trabalho em sala de aula.

Os autores reforçam a necessidade de adaptação do espaço físico como meio social e cultural para os professores ribeirinhos, enfatizando que essa adaptação exige uma atitude reflexiva sobre suas práticas pedagógicas. A partir desta realidade, a pesquisa teve como objetivo compreender de que maneira a formação continuada proposta aos professores ribeirinhos contribui para as reflexões e ressignificações das suas práticas didáticas, no sentido de repensar sobre a inclusão de pessoas com deficiências no âmbito escolar.

Para alcançar o objetivo proposto, nos apoiamos em referenciais teóricos que discutem a formação continuada e inclusão, como Nóvoa (2009), Ferreira (2003), Mantoan (2015), entre outros.

## **2 FORMAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL**

A formação continuada no Brasil em seu marco legal da trajetória histórica parte de documentos oficiais que marcaram o início de um olhar diferenciado, como: Lei de Diretrizes

e Bases da Educação 5692/1971; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/1996; Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001 – PNE (Plano Nacional de Educação); Diretrizes Curriculares para os cursos de Formação Docente – DCNs (2002).

No Brasil, a preocupação com a formação continuada dos professores no ensino básico é muito recente. Embora, de acordo com Souza (1998) em 1908, José Lourenço Rodrigues, então inspetor geral do ensino, mencionou pela primeira vez a necessidade de que o Estado de São Paulo se dispusesse a seguir o modelo de aperfeiçoamento de professores adotado em outros países, diante da importância de que os professores deveriam acompanhar a evolução e aperfeiçoamento da arte de ensinar, pois, para ele, o professor ao deixar a Escola Normal (formação docente desse período histórico) e entrar na vida prática, estava arriscado a cair na rotina devido à carência de instituições que pudessem ampliar seu preparo profissional. Embora essa discussão tenha ocorrido em 1908, foi apenas em 1971 que a Lei de Diretrizes e Bases traz à tona a discussão sobre “cursos de aperfeiçoamento”.

Para Ferreira (2003, p. 32),

A formação continuada no decorrer das décadas de 1970, 1980 e 1990 sofreu grandes alterações. A princípio ela teria se desenvolvido por meio de “projetos de treinamento, reciclagem, atualização ou mesmo adiestramento, posteriormente passa a projetos de parceria entre formadores de professores (geralmente professores universitários) e professores”.

Na década de 2000, a formação continuada passou a ter ainda mais relevância na formação de professores. Um exemplo disso é a Lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009, que adiciona parágrafos à LDBEN 9.394/1996, atribuindo aos governos federal, estadual e municipal, em regime de colaboração, a responsabilidade pela formação continuada.

Nesta perspectiva, o Art. 67 (LDBEN nº. 9.394/1996) afirma que:

[...] os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes: [...] aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico para esse fim; [...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho. (Brasil, 1996, p.21).

Nestes marcos para educação, de modo geral traz consigo a indispensabilidade da prática da formação continuada a todos os profissionais envolvidos no processo de inclusão escolar, baseando-se sempre na necessidade da comunidade local, proporcionando desta forma uma educação equitativa.

### 3 ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES SOBRE A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

O processo de inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar passou por várias etapas ao longo do tempo. Inicialmente, houve exclusão, depois veio a fase de segregação, na qual leis foram criadas para estabelecer instituições específicas para pessoas com deficiência. Em seguida, ocorreu a integração, na qual as pessoas com deficiência começaram a ser integradas às escolas regulares em salas únicas. Finalmente surgiu a fase da inclusão, na qual o objetivo é garantir que todas as pessoas, tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes inclusivos, onde suas necessidades individuais sejam atendidas e valorizadas (Jannuzzi, 2004).

Diante dessa perspectiva, surgem questionamentos sobre a preparação dessas instituições para receber essas crianças. O espaço físico está adequado? Existe formação continuada para a equipe que as receberá? Nóvoa traz esse debate exposto em um artigo publicado em Lisboa 2009, ele discute a importância do preparo da escola para o século XXI, pois a homogeneidade e a rigidez já não cabem mais nesse espaço:

É preciso abrir os sistemas de ensino a novas ideias. Em vez da homogeneidade e da rigidez, a diferença e a mudança. Em vez do transbordamento, uma nova concepção da aprendizagem. Em vez do alheamento da sociedade, o reforço do espaço público da educação. (Nóvoa, 2009, p.15)

A formação continuada precisa ser uma das prioridades para esse novo tempo, tempo das diferenças, tempo de inclusão escolar.

Para Mantoan (2015, p. 81),

Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. [...] a inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda.

Nesse sentido, foi realizada a formação continuada, com exposição teórica do que é cada deficiência e transtorno relatado nesse espaço escolar, momento de reflexão e sensibilização, sugestões de adaptações de atividades e formas de aplicação. Em seguida, realizou-se o grupo focal com os professores, com objetivo de analisar as contribuições da formação e auxiliar nas possíveis dúvidas. Os professores responderam algumas questões específicas relacionadas à temática abordada na exposição. E evidenciaram a relevância da formação continuada no formato presencial no espaço escolar, expuseram algumas das dificuldades em participar das

formações ofertadas devido à distância e não terem um bom acesso a internet e reforçaram também que não se sentem preparados para a inclusão, pois não tiveram uma base teórica em sua formação inicial.

Para Baraúna e Santos (2010, p. 274 - 275),

Uma parcela significativa dos professores que desenvolvem um trabalho dentro da proposta inclusiva não possui formação inicial adequada capaz de oferecer um aporte teórico e prático para a realização de seu trabalho[...] A reflexão deve estar constantemente presente para que a prática não se torne estática ou inapropriada para uma sociedade em constante transformação.

Como resultado, devido à falta de preparo adequado, esses profissionais se sentem inseguros ao promover uma educação inclusiva, nesse momento a formação continuada deve ser um aporte, elaborada para enriquecer conhecimentos teóricos e práticos, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades para compartilhar experiências, desafios, receios e descobertas. Nesse processo, a interação e discussão com outros profissionais possibilitam a descoberta de novas estratégias pedagógicas.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa é de abordagem qualitativa, dentro dessa perspectiva, Gibbs (2009, p. 8) define-se como uma pesquisa que visa “abordar o mundo “lá fora” [...] e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais “de dentro” de diversas maneiras. Bogdan; Biklen (2013, p. 49) estabelecem a abordagem qualitativa como aquela que “exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para se constituir como pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”. Ou seja, uma pesquisa que esclareça a realidade local, em sua perspectiva econômica, histórica, cultural, social e política.

Aplicamos a metodologia do Grupo Focal a um grupo de 14 professores, sendo 5 (cinco) professores das séries iniciais e 9 (nove) das séries finais. Realizou-se algumas questões direcionadas concernentes à formação continuada.

## **Considerações finais**

A práxis inclusiva é uma verdade irrefutável, pois vem acontecendo no meio social, econômico, cultural, político e educacional. Tem como meta, na educação, abrir a escola para todos e buscar estratégias para manter todos nesse espaço. Não é uma tarefa fácil, no entanto é indispensável. As práticas adotadas, independente de onde esta escola esteja localizada no espaço geográfico, devem incluir todas as crianças e ofertar formação continuada a todos os

professores e demais integrantes da equipe escolar. Por mais longínquo que esteja de alcançar uma educação inclusiva de qualidade, com equidade, estamos em um processo onde cada pessoa tem um papel a desempenhar para a efetivação da práxis da inclusão. O estado tem seu papel, a comunidade escolar tem seu papel, assim como pais e professores.

O público é diverso, e a inclusão da pessoa com deficiência nesse local já é realidade, com todos os desafios da área urbana com o agravamento das dificuldades de acesso à formação continuada. Nesse contexto foi iniciado essa contribuição como grupo de pesquisa nessa prática de formação aos professores de uma escola em São Carlos- Baixo Madeira de Porto Velho, e nos momentos do grupo focal foi possível ouvir depoimentos que ressaltaram a relevância desses momentos, as dúvidas eram muitas, e a necessidade de entender o outro para de fato ofertar a inclusão era visível no olhar de cada membro da equipe.

Conclui-se que, pelos relatos dos professores a relevância da formação continuada no formato presencial, pois torna-se mais proveitosa, sendo desenvolvida no espaço escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL, Educação para Todos. Brasília: Biblioteca Virtual de Educação UNESCO-Brasil, 2003

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 2013.

JANNUZZI, G. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

NÓVOA, António. *Profissão Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro, DP&A, 2003

SANADA, K. L.; MATA, G. A. G. da. A Formação do Professor Ribeirinho na Amazônia. 1. ed. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2018

